

*Projeto de salvaguarda dos arquivos das
associações de cultura, recreio e desporto:
proposta de estratégia*

**Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
Direção de Serviços de Arquivística e Normalização
2017**

Ficha técnica MIP:

Título: Projeto de salvaguarda dos arquivos das associações de cultura, recreio e desporto: proposta de estratégia

Autor: Catarina Guimarães

Autor: Maria José Fidalgo

Autor: Pedro Penteado (coordenador)

Equipa Técnica: Catarina Guimarães, Lurdes Almeida, Maria José Fidalgo, Pedro Penteado (coordenador)

Colaborador: António Griffó

Colaborador: Artur Martins

Colaborador: Fernanda Soares

Colaborador: Fernando Vaz

Colaborador: Francisco da Silva

Colaborador: João Henriques

Colaborador: Joaquim Escoval

Colaborador: Jorge Janeiro

Colaborador: Luísa Pereira

Colaborador: Maria Eugénia Silva

Colaborador: Nuno Guerreiro Soares

Colaborador: Porfírio Correia

Colaborador: Tiago Barão

Colaborador: Vera Gonçalves

Id.: DGLAB

Classificação: 010.15.02

Descritores: Associações de cultura, recreio e desporto; estratégia; salvaguarda; arquivos; diagnóstico; documentação de arquivo.

Data / Hora: 16-11-2017

Formato de Dados: Texto, PDF

Estatuto de Utilização: Acesso público

Relação: Versão1.1

Localização: www.dglab.gov.pt

©DGLAB, 2017

ÍNDICE

0. Introdução	4
1. Metodologia	4
2. Análise SWOT	6
2.1. Oportunidades	6
2.2. Ameaças	9
2.3. Pontos fortes	11
2.4. Pontos fracos	12
3. Recomendações para a definição de uma estratégia de salvaguarda e valorização dos arquivos e do património arquivístico das entidades associativas de cultura, recreio e desporto	14
3.1. Perspetiva organizacional (nível institucional)	14
3.1.1. Para a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas	14
3.1.2. Para a Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura, Recreio e Desportos	16
3.1.3. Para as associações de cultura, recreio e desporto	17
3.1.4. Para as câmaras municipais	18
3.1.5. Para outras entidades	18
3.2. Perspetiva funcional	20
4. Promoção da estratégia	23
5. Bibliografia	24

0. INTRODUÇÃO

A proposta de estratégia de salvaguarda dos arquivos das associações de cultura, recreio e desporto¹, que seguidamente se apresenta, tem por base, principalmente, os resultados apurados no diagnóstico de situação dos arquivos destas entidades, no âmbito do *Projeto de salvaguarda dos arquivos das associações de cultura, recreio e desporto: diagnóstico e estratégia*, desenvolvido pela Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), através da Direcção de Serviços de Arquivística e Normalização (DSAN)².

1. Metodologia

A metodologia para elaboração da proposta de estratégia foi desenvolvida em duas frentes:

- a) Conceção e desenvolvimento de uma matriz SWOT (S (Strengths), W (Weaknesses), O (Opportunities), T (Threats)) com o objetivo de auxiliar na definição de uma proposta de estratégia para os arquivos do universo das entidades de cultura, recreio e desporto.
- b) Elaboração de recomendações para a definição de uma estratégia de salvaguarda e valorização dos arquivos e património arquivístico das entidades associativas de cultura, recreio e desporto em duas perspetivas, organizacional e funcional.

A elaboração da proposta de estratégia para a salvaguarda dos arquivos das associações foi delineada a partir da realização de reuniões técnicas, coordenadas pelos serviços centrais da DGLAB e contou com a contribuição dos seguintes participantes, a quem esta entidade agradece toda a colaboração prestada.

- Representantes da Confederação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD)

Artur Martins, Assessor da CPCCRD para as áreas de estudos, projetos e formação;

Joaquim Escoval, 2.º Secretário da CPCCRD;

Fernando Vaz, Presidente da Associação das Coletividades do Concelho de Loures;

Nuno Guerreiro Soares, Presidente da Associação “Os Amarelos”, de Setúbal.

António Griffo, representante da Federação de Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA);

¹ No presente documento, referimo-nos sempre a esta tipologia de entidades associativas ou coletividades.

² Os resultados encontram-se em: *Projeto de salvaguarda dos arquivos das associações de cultura, recreio e desporto. Questionário 2016*. Lisboa: DGLAB, 2016.

Francisco da Silva, representante da FAMOA;

- Representantes de Câmaras Municipais:

Câmara Municipal de Cascais: João Henriques (arquivista);

Câmara Municipal de Loures, Eugénia Silva (arquivista);

Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Fernanda Soares (arquivista);

Câmara Municipal de Faro, Tiago Barão (arquivista);

Câmara Municipal de Silves, Vera Gonçalves (arquivista).

- Representantes de Arquivos Distritais:

Arquivo Distrital de Aveiro, Porfírio Correia (Diretor);

Arquivo Distrital de Évora, Jorge Janeiro (Diretor);

Arquivo Distrital de Faro, Luísa Pereira (Diretora).

Os trabalhos para a elaboração e definição da proposta de estratégia decorreram ao longo de 4 sessões, que tiveram lugar nas instalações da DGLAB, respetivamente a 3, 17, 24 e 31 de outubro de 2016 e 2 reuniões com a rede de Arquivos do Algarve (RAalg). As reuniões foram presididas pelo Dr. Pedro Penteado, Diretor de Serviços da DSAN/DGLAB e contaram ainda com a colaboração das técnicas superiores de arquivo da DSAN, Catarina Guimarães e Maria José Fidalgo. De referir que reuniões foram acompanhadas, via conferências Web, pelos representantes dos arquivos distritais acima referidos e das câmaras municipais de Oliveira de Azeméis, Faro e Silves, e presencialmente pelos restantes participantes.

Foram também auscultados, via email, os arquivos distritais da rede DGLAB, o Arquivo da Universidade de Coimbra e Arquivo Distrital de Braga, para recolha de contributos para a definição da estratégia. Foram recebidas 5 respostas com contributos por parte destas entidades.

Foram ainda utilizadas fontes documentais, como o relatório com os resultados do questionário que esteve na base do diagnóstico já referido, que constituiu a base principal de debate para a construção do documento de estratégia. Foram também utilizadas outras fontes complementares, em particular a bibliografia produzida pela CPCCDR, que serviram igualmente de apoio à reflexão e debate (cf. ponto 5).

Várias destas entidades foram convidadas com base no seu interesse mais direto no Projeto, indicado ao longo do ano em curso. Outro critério que ajudou à escolha dos participantes relacionou-se sobretudo com o conhecimento e o grau de envolvimento que as entidades representadas possuem sobre o universo associativo e o interesse demonstrado pela temática dos arquivos. Os respetivos participantes, com base na sua vasta experiência, contribuíram de forma empenhada e esclarecida para a elaboração da proposta de estratégia.

2. Análise SWOT

A análise ou matriz SWOT - S (Strengths), W (Weaknesses), O (Opportunities), T (Threats), foi o instrumento utilizado para auxiliar na definição de uma proposta de estratégia para os arquivos das associações de cultura, recreio e desporto. Teve como foco, especificamente, a gestão da informação dos arquivos e o património arquivístico das referidas. Consistiu na recolha de dados significativos que ajudassem a caracterizar, por um lado, as oportunidades e ameaças existentes, sobretudo no ambiente externo, e por outro, os pontos fortes e fracos referentes aos arquivos desta tipologia de entidades. O ambiente externo consiste no conjunto de fatores sobre os quais as entidades não têm controlo mas que influenciam o seu funcionamento. O ambiente interno, igualmente analisado, consiste no conjunto de elementos sobre os quais a entidade tem controlo e sobre os quais pode intervir, levando ao apuramento dos pontos fortes e dos fracos, aqui orientados para os aspetos acima referenciados.

2.1. Oportunidades

- **Nível político-legislativo**

- Reconhecimento da importância das coletividades de cultura e recreio na “Constituição da República Portuguesa”, artigos 73º e 79º, como um dos pilares do Estado social e reforço do papel do associativismo popular na implementação de políticas públicas para as áreas da cultura, desporto e lazer. O assento da Confederação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto nos órgãos de aconselhamento do Governo, nomeadamente no Conselho Nacional para a Economia Social (CNES), no Conselho Nacional do Desporto (CND) e no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV), constitui-se ainda como uma oportunidade para o desenvolvimento do movimento associativo popular (MAP) nas suas diferentes áreas de atuação

e na definição de políticas públicas e de estratégias de desenvolvimento da economia social. Este reconhecimento contribui para valorizar os arquivos destas entidades, que se podem assumir como repositórios de informação para o estudo da memória organizacional e da memória coletiva nas áreas de atuação do MAP.

- Reconhecimento do Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário que estabelece o regime de apoio a estes dirigentes na prossecução das suas atividades de carácter associativo. Este reconhecimento pode contribuir para um acréscimo de responsabilidade na gestão e tratamento dos arquivos das associações.

- Existência de legislação na área dos arquivos, em particular na área de gestão de documentos, para as associações com o estatuto de Pessoas Coletivas de Utilidade Pública e de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) (caso do Decreto-Lei nº 447/88, de 10 de dezembro).

- **Nível institucional**

- Disponibilidade da DGLAB para promover e apoiar a salvaguarda e valorização dos arquivos das associações.

- Interesse e disponibilidade por parte da DGLAB e da CPCCRD para colaboração mútua na abertura de espaços de reflexão e debate com vista à promoção e salvaguarda dos arquivos das associações.

- Existência de câmaras municipais interessadas e com capacidade, em termos de recursos humanos, para prestar apoio técnico-arquivístico para o desenvolvimento de diagnósticos, tratamento, salvaguarda e divulgação dos arquivos das associações.

- Existência de câmaras municipais com projetos específicos no âmbito da salvaguarda dos arquivos de associações, abrangendo diversas áreas de intervenção, desde o depósito dos acervos ao tratamento e comunicação da documentação.

- Existência de bom relacionamento entre as associações e algumas câmaras municipais, favorecendo o desenvolvimento de projetos e atividades com vista à boa gestão dos arquivos, bem como à salvaguarda e promoção arquivística.

- **Nível financeiro**

- Possibilidade de candidatura, por parte da CPCCRD, a programas de financiamento a nível europeu e a nível nacional que possam abranger o património arquivístico das associações, tendo em vista o seu tratamento e salvaguarda.

- Possibilidade de capacitação da CPCCRD através de financiamentos comunitários, com canalização de alguns desses fundos para a compra de equipamentos e o tratamento dos arquivos das associações.

- **Nível tecnológico**

- As novas tecnologias de Informação (TIC) e redes sociais potenciam a partilha de conhecimento técnico-arquivístico e difusão da informação associativa, bem como da sua documentação de arquivo das associações.

- Existência de projeto, atualmente em curso na CPCCRD, de criação de uma plataforma integrada para a gestão da informação produzida pelo universo das associações confederadas, com o objetivo de criar ferramentas de capacitação dos dirigentes associativos (permitindo formação à distância), divulgação de dados e estudos científicos sobre o associativismo.

- Apresentação ao Governo, por parte da CPCCRD, de uma proposta para o orçamento do Estado de 2017, para discussão na especialidade, visando a informatização das coletividades com o objetivo de reduzir em 50% as associações sem equipamentos informáticos. Esta informatização das associações pode ter impactos positivos na gestão e tratamento da informação produzida por estas entidades.

- Existência de portais, como o Portal Europeana, que podem potenciar a difusão do material arquivístico deste tipo de organizações.

- **Nível cultural**

- Aumento do interesse social por produtos culturais, o qual pode favorecer o interesse associativo e comunitário pelos resultados dos projetos de tratamento dos arquivos das associações.

- Realização de estudos de investigação universitários sobre a identidade e a história do associativismo, que podem contribuir para o aumento do interesse sobre o património arquivístico destas entidades.

- **Nível associativo**

- Criação frequente de novas associações, associada à capacidade de reinvenção destas entidades, demonstra a sua importância social junto das comunidades locais. Com efeito, os últimos anos têm salientado a capacidade de reinvenção das associações para responder a necessidades sociais do tempo presente (ex.: ensino superior sénior, utilização da Internet, aprendizagem de informática e uso das redes sociais, etc.), permitindo captar novos aderentes ou manter o interesse ativo das comunidades sobre este tipo de entidades e valorizando, deste modo, a capacidade dos seus arquivos poderem ilustrar estas dinâmicas da sociedade contemporânea.

- Existência de associações que estabeleceram parcerias com as câmaras municipais (parcerias públicas municipais) com o objetivo de dinamizar o movimento associativo popular. Algumas destas parcerias contribuem para a boa gestão da informação e dos arquivos das associações. Com efeito, estas iniciativas podem proporcionar o desenvolvimento dos arquivos das associações na medida em que as câmaras municipais fornecem o conhecimento técnico especializado que permite o desenvolvimento de projetos no âmbito arquivístico, nestas entidades.

- Existência de visão e sensibilidade da CPCCRD para a defesa do património cultural, em geral, e do arquivístico em particular, manifestada desde há vários anos (exemplo do Projeto EMA - Espaços Museus Associativos - Projeto Centro de Documentação Associativo).

- Estabilidade das estruturas associativas ao longo do tempo constitui um fator de enraizamento de uma identidade coletiva própria, que pode ter um forte impacto na memória organizacional destas entidades, reforçando a importância da informação contida nos arquivos, que se constitui como um dos testemunhos mais fortes do seu percurso histórico.

2.2. Ameaças

- **Nível político-legislativo**

- Ausência de legislação que estipule obrigações arquivísticas específicas para estas entidades, no sentido de dar maior qualidade à gestão dos arquivos associativos, à exceção do que se encontra definido legalmente para as associações com estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública e para as IPSS, no Decreto-Lei n.º 447/88, de 10 de dezembro.

- **Nível institucional**

- Incumprimento, por parte dos diversos Governos, da Lei n.º 34/2003, de 22 agosto, que não avançou ainda com a regulamentação do estatuto do movimento associativo como parceiro social. Este facto, aliado à falta de mecanismos de incentivo ao dirigismo associativo por parte do Estado, reduz a possibilidade de valorização e reconhecimento social do movimento associativo, com impactos negativos a diversos níveis, incluindo na gestão da informação.

- Fraco peso político e orçamental da área da Cultura, ao nível governamental, pode limitar maiores disponibilidades financeiras para o desenvolvimento de projetos na área dos arquivos das coletividades.

- CPCCRD não está representada no Conselho Nacional de Cultura, secção Arquivos, o que não permite que a sua perspetiva sobre a salvaguarda e valorização dos arquivos associativos seja auscultada por esta via ao nível governamental, como sucede noutros domínios. Esta ausência é apenas compensada com o facto de a Confederação ser um parceiro importante junto da DGLAB, nos projetos colaborativos para a área dos arquivos associativos.

- Ausência dos arquivos das associações no conjunto das prioridades de atuação sistemática da CPCCRD, durante muito tempo, contribuiu para a inexistência de procedimentos relativos ao tratamento e valorização dos arquivos associativos.

- CPCCRD e DGLAB não possuem listagem completa e atualizada de associações que possa constituir uma base de trabalho segura para identificação destas entidades e para a realização de diagnósticos aos seus arquivos.

- Dificuldades nos contactos com os dirigentes associativos, por parte da DGLAB e entidades parceiras, para realizar os diagnósticos aos arquivos destas entidades contribuiu para o baixo índice de respostas ao questionário realizado em 2016, com impacto negativo para o conhecimento dos arquivos associativos.

- **Nível dos recursos**

- Mau estado de muitos edifícios utilizados pelas associações pode comprometer a conservação física dos arquivos e conduzir à perda de património arquivístico.

- Falta de recursos humanos com conhecimentos especializados na área dos arquivos compromete a boa gestão da informação e o correto tratamento e salvaguarda dos arquivos.

- **Nível tecnológico**

- Falta de novas tecnologias da informação e comunicação (mais de 50% das entidades associadas da Confederação, não possuem equipamentos informáticos), o que pode dificultar uma eficiente gestão da informação arquivística.

- **Nível social**

- Dificuldades financeiras das famílias enfraquecem o movimento associativo, na medida em que não existe capacidade económica para pagamento das quotas de associados. Também o crescente individualismo social contribui para esse enfraquecimento, podendo levar à extinção deste tipo de entidades, com aumento do risco de perda dos seus arquivos.

- **Nível associativo**

- Falta de renovação geracional nos cargos de direção do movimento associativo (em 2007 existiam apenas 16,9 % de jovens nos órgãos sociais) aumenta o risco de extinção deste tipo de entidades.

- Falta de qualificação dos dirigentes face à utilização das novas tecnologias da informação e comunicação.

- A carência de recursos económicos das associações contribui para a secundarização dos arquivos destas entidades, não sendo o seu tratamento e valorização uma prioridade por parte dos órgãos dirigentes.

- Falta de liderança associativa e o "esvaziamento" de funções sociais nas coletividades leva à falta de reconhecimento social destas entidades e à possibilidade de encerramento, com impacto negativo no destino a dar aos arquivos e risco de perda de património documental.

2.3. Pontos fortes

- **Nível da salvaguarda de património arquivístico**

- Existência de uma preocupação pela salvaguarda de algumas séries documentais, sobretudo as resultantes do desenvolvimento das atividades de regulamentação e gestão da vida das associações (estatutos, atas de órgãos sociais, fichas de sócios, etc.).

- Existência de documentação à guarda de entidades públicas patrimoniais ou outras, como se pode inferir pelos resultados do questionário DGLAB aos arquivos das associações.

2.4. Pontos fracos

- **Nível de política, responsabilidades e planeamento do sistema de arquivo**

- Fraca sensibilidade de parte dos dirigentes associativos para o tratamento e salvaguarda e valorização dos arquivos, aliada à ausência de capacitação em termos de conhecimento técnico no âmbito da gestão da informação e dos arquivos. Esta fraca sensibilização é maior nos casos de coletividades que não se encontram enquadradas em estruturas e movimentos de enquadramento associativo, como a CPCCRD.

- Escasso número de documentos de política arquivística para o universo associativo. Entre os documentos em falta contam-se as políticas de segurança relativa à informação em suporte eletrónico e as políticas de preservação digital.

- Ausência de manuais de arquivo que incluam políticas, procedimentos e instrumentos de gestão de arquivos.

- **Nível da gestão de recursos do sistema de arquivos**

- Falta de recursos humanos nas associações que possuam conhecimentos técnicos especializados para tratamento de arquivos.

- Falta de ações de sensibilização e formação para a área da informação e dos arquivos.

- Falta de recursos financeiros e materiais para tratamento dos arquivos.

- Mau estado de conservação dos espaços onde se encontram os arquivos.

- **Nível das funções/processos de gestão da informação arquivística**

- Identificação da documentação: baixa produção de registos da documentação; as associações que possuem registos de documentos aplicam-no maioritariamente à documentação em suporte papel.

- Organização da informação: baixo número de instrumentos de gestão de documentos nesta área, nomeadamente planos de classificação.

- Avaliação, seleção e eliminação: reduzido número de entidades que aplica a tabela de seleção ou lista com indicação dos documentos a conservar e a eliminar; inexistência de portarias de gestão de documentos para as associações com estatuto de Utilidade Pública e IPSS; ausência

de procedimentos relativos à formalização de transferências de documentação (autos de entrega e guias de remessa).

- Armazenamento e condições de conservação (incluindo instalações e acondicionamento): de acordo com os resultados do questionário DGLAB (linhas 1 e 2), em 3,755 Km de documentação armazenada/existente, mais de 1,192 Km de documentação encontra-se por tratar e cerca de 186 m.l. de documentação de arquivo foi assinalada como estando em mau estado de conservação. Verificaram-se ainda baixos índices de segurança no que respeita a meios de deteção e combate a incêndios e elevada possibilidade de ocorrência de infiltrações e inundações nos espaços onde se encontram os arquivos.

- **Nível da salvaguarda de património arquivístico**

- De acordo com os resultados do inquérito verifica-se um hiato temporal muito alargado entre a data criação das associações e a data inicial da documentação atualmente existente, o que poderá denotar a possibilidade de perda de informação e de memória organizacional.

- Existência de risco de perda de documentação em situações de extinção das associações.

- Ausência de classificação patrimonial de documentação das associações, enquanto medida de salvaguarda coberta pela Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de agosto.

- Ausência de inventariação da documentação das associações, enquanto medida de salvaguarda coberta pelos referidos diplomas.

3. Recomendações para definição de uma estratégia de salvaguarda e valorização dos arquivos e do património arquivístico das entidades associativas de cultura, recreio e desporto

3.1. Perspetiva organizacional (nível institucional)

Apresentam-se, seguidamente, um conjunto de recomendações que devem ser concretizadas, segundo o grupo de trabalho referido no ponto 1, por diferentes entidades, nomeadamente a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), a Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), as associações do setor, as câmaras municipais e comunidades intermunicipais, entre outras.

3.1.1. Para a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

- Alargar o diagnóstico dos arquivos das associações de cultura, recreio e desporto (CRD), abrangendo as entidades criadas até 1974, de forma sistemática³. Para este efeito, deve obter uma lista-base, tão completa quanto possível, das associações de CRD, nomeadamente através do Instituto Nacional de Estatística (INE), da Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto e das câmaras municipais. Uma das formas de proceder a este alargamento poderá ser concretizada através de diagnósticos por áreas territoriais piloto⁴. Este género de iniciativa deverá contar com o envolvimento de entidades como as câmaras municipais e os arquivos distritais. Uma outra forma pode passar por um questionário realizado, a nível nacional, pela DGLAB, em 2018. A identificação das associações de CRD seria realizada com a colaboração das câmaras municipais.
- Coordenar a elaboração de documentos-tipo contemplando orientações técnicas e boas práticas de arquivo, que podem incluir os seguintes casos:
 - o Criação de um regulamento-tipo para a gestão dos arquivos associativos.

³ Os representantes da Câmara Municipal de Cascais e de Câmara Municipal de Loures, que integraram o grupo de trabalho para a definição de uma estratégia de salvaguarda e valorização de património arquivístico das entidades associativas de cultura, recreio e desporto, propuseram que, num momento posterior, seja possível alargar o diagnóstico às associações de cariz humanitário e educacional.

⁴ Em 2017, está prevista a realização destes diagnósticos no caso do Distrito de Aveiro, através da intervenção do Arquivo Distrital, assim como no caso dos concelhos de Cascais e Loures, através das respetivas câmaras municipais.

- Coordenação dos trabalhos de elaboração de uma portaria de gestão de documentos (PGD) transversal para associações com estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública e para Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). O seu âmbito pode ser mais alargado se for alterado o Decreto-Lei n.º 447/88, de 10 de dezembro.
- Coordenação da elaboração de uma tabela de seleção-tipo, passível de ser utilizada pelas associações sem estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública na elaboração deste instrumento para a sua organização. A utilização deste instrumento é voluntária se não ocorrer o alargamento de âmbito referido na recomendação anterior.
- Coordenação da elaboração de relatórios de avaliação-tipo para a documentação de arquivo acumulada posterior a 1916 e apoio à sua aplicação.
- Elaboração de orientações práticas para o tratamento dos arquivos das associações de CRD, a exemplo do *Guia Prático dos arquivos das Organizações não-governamentais*⁵. Proceder, posteriormente, à difusão deste instrumento de trabalho para aplicação na gestão da informação e na salvaguarda dos arquivos desta tipologia de entidades. Estas orientações podem ser elaboradas em parceria com outras entidades (ex.: RAalg).
- Elaborar e difundir minutas de contratos-tipo, como por exemplo de protocolos de depósito de documentação de arquivo, para que em caso de necessidade as coletividades possam colocar a respetiva documentação em outras entidades que reúnam condições para a salvaguardar e difundir.

- Estudar a possibilidade da DGLAB (incluindo os seus arquivos distritais), de modo colaborativo, coordenar a elaboração de um manual de gestão de documentos de arquivo, envolvendo as associações de CRD, as câmaras municipais, a Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura Recreio e Desporto, as redes regionais de arquivos, entre outros.

- Possibilidade do envolvimento de arquivos distritais no apoio técnico a projetos de natureza arquivística nos casos em que as câmaras municipais não tiverem capacidade de intervenção

⁵ *Os arquivos das ONG: uma memória partilhar. Guia prático em 60 perguntas*. Armelle le Goff; Trad. Pedro Penteadó; pref. Koichiro Matsuura. [Paris]: ICA - International Council on Archives, 2005. ISBN 972-8107-86-2. Disponível em WWW: <URL: http://www.ica.org/sites/default/files/ICA_NGO-archives_PT.pdf>

ou o não pretendam fazer. Recomendação extensível ao Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) e ao Arquivo Distrital de Braga, que não fazem parte da rede DGLAB.

- Apoiar, tecnicamente, a elaboração de candidaturas a projetos de financiamento europeus e nacionais para tratamento e salvaguarda dos arquivos das associações, quando solicitada.

- Colaborar na realização de ações de formação sobre legislação arquivística, sobre tratamento e salvaguarda da documentação de arquivo e sobre boas práticas ao nível da gestão documental, envolvendo as câmaras municipais, a própria CPCCRD. Este trabalho, na DGLAB, deve envolver os arquivos distritais e, para o caso de Lisboa, os serviços centrais da DGLAB.

- Promover a difusão *online* de um formulário através do qual seja possível comunicar à DGLAB casos de documentação de arquivo que se encontre em situação de risco.

- A longo prazo, a DGLAB poderá, ainda, estudar e definir o desenvolvimento de um projeto, o qual terá como objetivo, numa primeira fase, o recenseamento dos arquivos de todas as associações ativas de CRD, progredindo concelho a concelho, levando a uma cobertura de âmbito nacional. Contará, primordialmente, com o apoio das câmaras municipais parceiras do projeto, como interlocutores de primeira linha. Os arquivos distritais darão, por seu lado, apoio aos recenseamentos a levar acabo pelas câmaras municipais. Numa segunda fase poderá ser desenvolvido trabalho para a produção de um guia de descrição de fundos documentais destas entidades. Seria desejável que a disponibilização *online* desta informação ocorresse através de único portal, preferencialmente o Portal Português de Arquivos (PPA).

3.1.2. Para a Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura, Recreio e Desportos (CPCCRD)

- Promover ações de sensibilização dos dirigentes associativos para a importância dos arquivos e da salvaguarda, tratamento e difusão da documentação das associações de cultura, recreio e desporto.

- Difundir, junto das associações, os documentos-tipo produzidos ou coordenados pela DGLAB, contemplando orientações práticas para o tratamento dos arquivos das associações de CRD,

para aplicação na gestão da informação e na salvaguarda dos arquivos desta tipologia de entidades⁶.

- Estabelecer sinergias e parcerias entre diferentes entidades, tendo como objetivo a tratamento e salvaguarda dos arquivos das associações de CRD, nomeadamente associações de municípios, câmaras municipais através dos seus serviços de arquivo, comunidades intermunicipais, arquivos distritais.
- Recrutar recursos humanos, nomeadamente com formação técnica na área da Arquivística, para que possam apoiar projetos da CPCCRD ou projetos pluriorganizacionais.
- Definir o papel que a entidade pode ter no apoio técnico, formação, recolha de arquivos, etc., em articulação com as associações concelhias de coletividades, câmaras municipais, comunidades intermunicipais e arquivos distritais.
- Sensibilizar potenciais mecenas locais para o apoio às associações na área do tratamento e difusão dos arquivos.
- Atribuir um prémio de mérito para as associações que implementem as boas práticas ao nível da gestão dos arquivos.
- Introduzir no programa de formação da CPCCRD um plano direcionado para a promoção das boas práticas arquivísticas.
- Candidatar-se, com a colaboração técnica da DGLAB, a programas de apoios nacionais e comunitários com o objetivo de posterior redistribuição dos apoios financeiros pelas coletividades suas filiadas.

3.1.3. Para as associações de cultura, recreio e desporto

- Melhorar as práticas, ao nível da gestão dos arquivos correntes das associações, a partir de documentos-tipo produzidos pela DGLAB e dos apoios técnicos recomendados. Desenvolver ações internas que permitam um maior e melhor conhecimento da documentação que constitui a respetiva memória organizacional.

⁶ Cf. 3.1.1.

- Estabelecer protocolos com vista à formalização de eventuais depósitos dos arquivos associativos, ou de parte deles, em entidades externas. Aplica-se aos casos em que a entidade não consegue garantir a sua salvaguarda, tratamento e acesso de modo sustentável.
- Recrutar recursos humanos com formação técnica na área da Arquivística.
- Aumentar os recursos financeiros afetos à área de arquivo.
- Chamar a atenção, por via das associações concelhias de coletividades de CRD, para a importância dos arquivos.

3.1.4. Para as câmaras municipais

- Colaborar com a DGLAB nos diagnósticos que vierem a ser realizados.
- Utilizar questionário próximo de modelo DGLAB para levantamento/recenseamento municipal de arquivos das coletividades, de modo a permitir a comparação dos dados e resultados apurados.
- Apoiar tecnicamente projetos, em articulação com as associações concelhias de coletividades, com as comunidades intermunicipais e com os arquivos distritais. O apoio técnico poderá ser formalizado mediante o estabelecimento de protocolos com os diferentes parceiros. O apoio técnico deve ser efetuado preferencialmente através do respetivo Arquivo Municipal, embora em alguns municípios também o possa ser através de gabinetes de apoio técnico onde exista a participação de arquivistas.
- Apoiar a formação arquivística, em articulação com os arquivos distritais.
- Rever os regulamentos municipais de apoio ao associativismo municipal, de modo a incluírem novas cláusulas que tenham em vista a salvaguarda do património arquivístico.
- Em caso de concessão do estatuto de utilidade municipal a associações, as câmaras devem incluir nos regulamentos de apoio um conjunto de obrigações/exigências relativas a boas práticas das associações no que diz respeito ao tratamento e salvaguarda dos arquivos.

3.1.5. Para outras entidades

- Envolver as comunidades intermunicipais (CIM's) na promoção dos projetos e boas práticas arquivísticas existentes ao nível regional.

- Utilizar a rede de proximidade, nomeadamente as juntas de freguesia, para a sensibilização dos dirigentes associativos para o tratamento e salvaguarda dos arquivos.

- Para o caso das associações do Algarve, desenvolver projetos específicos de valorização dos arquivos, através da Rede dos Arquivos do Algarve (RAalg). Em concreto esta entidade pretende desenvolver um projeto de intervenção, em colaboração com as câmaras municipais da região, que inclua:

- Seleção de um arquivo de uma coletividade, por concelho, com vista ao tratamento da respetiva documentação. A seleção será efetuada a partir do universo das associações objeto do diagnóstico. O tratamento da documentação será desejavelmente realizada pelos arquivistas dos municípios aderentes ao projeto. Quanto aos critérios de identificação da coletividade a ser intervencionada será tido em conta, como primeiro critério, as entidades cuja documentação se encontra em situação de risco, quer pelo mau estado de conservação, quer pela falta de instalações físicas adequadas. O segundo critério será o de apuramento do valor patrimonial, decorrendo da avaliação do valor informativo e histórico para a comunidade onde está inserida a coletividade. Por último, serão consideradas como prioritárias as entidades com a data de fundação ou de início da atividade mais antigas, em cada município. Os municípios não aderentes ao projeto poderão vir a ser objeto de intervenção por parte do Arquivo Distrital de Faro, após o apuramento de existência de condições e recursos.
- Realização de ações de sensibilização e informação prévias, destinadas à comunidade associativa, para promover as vantagens da cooperação e apoio técnico e logístico por parte dos arquivos municipais.
- Elaboração de um inventário coletivo, a partir dos instrumentos de descrição documental previamente produzidos, nos arquivos que foram objeto de tratamento.
- Estabelecimento, sempre que se aplique, de protocolos de colaboração para depósito de documentação de arquivo das associações nos arquivos municipais, em caso de existência de risco.
- Promover a valorização do património arquivístico por parte das coletividades, dos municípios, através de publicações, exposições, palestras, mostras documentais conjuntas ou individuais, entre outras.

- Promoção de ações de formação que contemplem boas práticas de gestão, conservação (incluindo higienização e acondicionamento) e salvaguarda dos documentos de arquivo, independentemente do seu suporte, etc., com base num manual de apoio com conteúdos simplificados, de fácil compreensão pelas associações.

3.2. Perspetiva funcional⁷

- **Nível político-legislativo**

- Estudar o alargamento do âmbito de aplicação do Decreto-Lei n.º 447/88, de 10 de dezembro, de modo a abranger outras associações para além das que possuem o estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública e de Instituição Particular de Solidariedade Social, principalmente as que recebem financiamento público. Deve-se procurar que o diploma permita a publicação de uma Portaria de gestão de documentos transversal, que possa ser usada pelo conjunto de atividades envolvidas. O diploma deve permitir ainda a possibilidade do órgão de coordenação fiscalizar ou auditar a sua aplicação nas entidades ali incluídas.

- Estudar a possibilidade e consequências da DGLAB, câmaras municipais ou outras, ao respetivo nível, de acordo com o Decreto-Lei n.º 148, de 4 de agosto de 2015, quando detetada documentação de arquivo em situação de risco, virem a propor a sua inventariação ou classificação, como forma de proteção.

- Estudar a possibilidade dos estatutos das associações de CRD incluírem cláusulas que expressem a obrigação, por parte destas entidades, de tratarem, salvaguardarem e difundirem a documentação de arquivo.

- **Nível institucional**

- No que respeita aos níveis de atuação arquivística e de articulação dos diferentes *stakeholders*, com vista à boa gestão da informação e salvaguarda do património arquivístico das associações de CRD, recomenda-se o seguinte modelo de intervenção, a desenvolver em

⁷ Cf. Outras propostas em “Perspetiva organizacional”, para complementar a leitura deste item.

quatro níveis, de acordo com os princípios de proximidade, subsidiariedade e de solidariedade. O modelo corresponde a quatro cenários possíveis.

- Nível 1 - As entidades associativas de CRD são autossuficientes no desenvolvimento dos planos de ação com vista à gestão documental, ao tratamento, salvaguarda e difusão da informação/documentação. Neste cenário, os arquivos são mantidos diretamente pelas associações, de forma sustentável.
- Nível 2 - Quando a situação descrita no nível 1 não ocorre, as câmaras municipais, preferencialmente através dos arquivos municipais, na medida dos seus recursos e disponibilidades, poderão prestar apoio técnico aos arquivos das associações de CRD em todas as vertentes. Poderão realizar diagnósticos e recenseamentos ou até tratar arquivos para ficarem disponíveis, de forma sustentável, e conservados nas associações. Se tal não for possível, poderão ativar a sua recolha mediante protocolo de depósito.
- Nível 3 - Quando as situações descritas nos níveis anteriores não ocorrem, os arquivos distritais da rede DGLAB, os serviços centrais e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (para o caso de Lisboa), o Arquivo da Universidade de Coimbra e o Arquivo Distrital de Braga, na medida dos seus recursos e disponibilidades, poderão prestar apoio técnico aos arquivos das associações de CRD em todas as vertentes. Poderão ser envolvidos na realização de diagnósticos e recenseamentos ou até tratar arquivos para ficarem disponíveis, de forma sustentável, e conservados nas associações. Se tal não for possível, poderão ativar a sua recolha mediante protocolo de depósito.
- Nível 4 - Por último, a CPCCRD poderá ser envolvida na realização de diagnósticos e recenseamentos ou até tratar arquivos para ficarem disponíveis, de forma sustentável, e conservados nas associações. Se tal não for possível, poderão ativar a sua recolha mediante protocolo de depósito. Esta perspetiva tem como pressuposto o desenvolvimento do projeto em curso na Confederação para a existência de um centro de documentação/arquivo adequado e de recursos técnicos e humanos especializados.

- **Funções arquivísticas**

- Qualificar os processos de gestão da informação de arquivo através da correta identificação da documentação recebida, produzida e remetida pelas associações; da sua organização por meio da aplicação de plano de classificação adequado; da sua avaliação, seleção e eliminação de acordo com tabela de seleção aprovada pela DGLAB; da utilização de boas práticas de transferência, conservação e armazenamento da documentação; dos corretos procedimentos arquivísticos na gestão de documentos eletrónicos, etc. Todos estes processos devem estar em articulação com a política de gestão de documentos associativos.

- Desenvolver projetos de tratamento de documentação de arquivo que possam culminar na disponibilização de descrições e imagens digitais em linha e em ações de comunicação/difusão do património arquivístico das associações. Estes projetos podem ser desenvolvidos em parceria (cf. acima o item “Perspetiva organizacional”). Deve ser dada prioridade a ações que permitam controlar os mais de 1000 m.l. de documentação (referenciados no questionário) que se encontra armazenada e sem o devido tratamento, bem como a documentação de arquivo que se encontra atualmente em mau estado de conservação.

- **Gestão de recursos**

- Necessidade de qualificar os espaços físicos (edifícios) por forma a instalar adequadamente os arquivos das associações de CRD.

- Necessidade de recrutamento de recursos humanos qualificados, com conhecimentos técnicos em gestão documental e na área do tratamento e salvaguarda de património arquivístico.

- **Ações de sensibilização**

- Realizar ações de sensibilização orientadas para os dirigentes associativos, com uma abordagem básica sobre a principal legislação arquivística existente, a gestão da documentação de uso corrente, o tratamento da documentação acumulada e do património arquivístico.

- Promover a sensibilização dos dirigentes associativos para que efetuem a devolução, aos arquivos das respetivas associações, da documentação que se encontre na sua posse, fora do espaço físico da associação, nomeadamente nas suas residências. A entrega da documentação pressupõe o desenvolvimento prévio de soluções técnicas que tornem possível a recolha, tratamento e acessibilização da referida documentação.

- **Ações de formação**

- Realizar de ações de formação, mais aprofundadas, quer acerca da legislação arquivística vigente, quer acerca da gestão documental e do tratamento e salvaguarda de património arquivístico. Estas iniciativas devem abordar conteúdos de gestão de documentos eletrónicos. A formação poderá, desejavelmente, ser aberta a todas as associações, independentemente da data da sua constituição.

4. Promoção da estratégia

A difusão do *Projeto de Salvaguarda dos arquivos das associações de cultura, recreio e desporto: diagnóstico e estratégia* conta com a divulgação de dois produtos: o relatório com o tratamento dos resultados do questionário levado a cabo pela DGLAB, entre 7 de março e 16 de maio de 2016, e este documento com a proposta de estratégia para a salvaguarda dos arquivos das associações de cultura, recreio e desporto. Como referimos, o presente documento foi elaborado com base nos resultados do questionário e com os contributos recolhidos nas reuniões havidas entre a DGLAB, a CPCCRD, as câmaras municipais de Cascais, Loures e Oliveira de Azeméis, os arquivos distritais de Aveiro e Évora e a RAalg, que decorreram respetivamente a 3, 17, 24, 28 e 31 de outubro de 2016.

Recomenda-se a difusão da versão 1 do relatório e deste documento no sítio web da DGLAB. Sugere-se ainda que os seus conteúdos sejam divulgados em vários eventos especializados. Está previsto que tal ocorra, por exemplo, no *Colóquio Comemorativo dos 100 anos do Arquivo Distrital de Évora*, que decorrerá na cidade de Évora, de 28 a 30 de novembro de 2016. O grupo de trabalho sugeriu ainda a difusão destes resultados no 5.º Encontro dos Arquivos do Algarve, que decorrerá de 26 a 27 de maio de 2017, e nas celebrações do Dia Nacional das Coletividades a 31 de maio de 2017, num evento a organizar pela CPCCRD com a Câmara Municipal de Cascais, com o apoio da DGLAB. Recomenda-se também que, em outros encontros da CPCCRD, a temática dos arquivos e a proposta de estratégia sejam divulgadas e debatidas.

A divulgação destes e de outros documentos de trabalho sobre os arquivos das associações em sede de eventos permitirá aprofundar o debate e reflexão sobre as medidas a adotar para o tratamento, divulgação, proteção e valorização, dos arquivos associativos, bem como a definição da partilha de responsabilidades por parte dos diferentes parceiros, para que de forma segura e sustentável possam contribuir para o cumprimento das medidas anteriormente referidas, garantindo a salvaguarda e divulgação da memória organizacional destas entidades.

5. Bibliografia

CONGRESSO NACIONAL DAS COLETIVIDADES ASSOCIAÇÕES E CLUBES. *Memorando associativo 2015*. [em linha]. Disponível em WWW: <URL: http://www.confederacaodascolectividades.com/index.php?option=com_content&view=article&id=279:memorando-associativo-2015&catid=44:noticias-topo>.

Elo associativo. Revista da Federação portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio. FLOR, Augusto, dir. Lisboa: Confederação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, 1997. N.º 43 (Jul/Ago.Set. 2016).

HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew - *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Silabo, Lda., 2000. ISBN 972-618-223-9.

LEITÃO, Simão Cardoso; PEREIRA, Gustavo, RAMOS, Joaquim [et. al.] - *Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto: Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal*. Lisboa: Confederação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, 2009. ISBN 978-989-20-1604-7.

ORNELAS, José; MARTINS, Artur, [et. al.] - *Liderança comunitária: estudo colaborativo com dirigentes associativos*. [Lisboa]: Confederação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, 2013. ISBN 978-989-98353-0-6.

PRATAS, Sérgio; FLOR, Augusto pref. - *Um olhar sobre o associativismo popular*. Lisboa: Confederação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, 2016. ISBN 978-989-98353-4-4.

SANTOS, Maria João; PRATAS, Sérgio - *Manual do dirigente associativo: 100 perguntas - 100 respostas*. [S.l.]: Edições Rui Costa Pinto, 2012. ISBN 978-989-8325-27-3.

VERSÃO 1 - 15-11-2016

VERSÃO 1.1⁸ - 16-11-2017

⁸ Nesta versão foram apenas produzidos pequenos ajustamentos, principalmente no ponto 3.2 (Nível institucional), no sentido de uma maior clarificação de conteúdos.